

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. Escopo

1.1. A presente Política de Privacidade (“Política”) tem por finalidade esclarecer, de forma objetiva e transparente, o compromisso da **CASA DE PEDRA SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, cj. 152, CEP 01.451-010, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 31.468.139/0001-98 (“**Casa de Pedra**” ou “Empresa” ou “nós”) com a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos indivíduos com quem possui relacionamento, sejam sócios, investidores, clientes, colaboradores ou terceiros que, por quaisquer motivos, possuem seus dados pessoais tratados no âmbito de operações geridas ou intermediadas pela Casa de Pedra.

1.2. Através desta Política, pretende-se esclarecer quais tipos de dados pessoais são tratados, as finalidades do tratamento, as bases legais utilizadas, bem como as formas pelas quais a **Casa de Pedra** pretende assegurar que os titulares dos dados pessoais tratados exerçam seus direitos.

1.3. Esta Política foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet – “**MCI**”) e com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais – “**LGPD**”).

2. Conceitos básicos: o que você precisa saber para compreender esta Política?

2.1 A fim de descomplicar a leitura deste Documento, nós apresentamos definições úteis para sua interpretação:

2.1.1 Dado Pessoal: é uma informação relacionada a uma pessoa física e que seja capaz de identificar a pessoa ou tornar possível a sua identificação. São exemplos de dados pessoais que podem permitir a sua identificação: nome, RG, CPF, telefone, e-mail, etc.



2.1.2 **Dado Pessoal Sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

2.1.3 **Tratamento:** é toda forma de uso que podemos fazer dos seus Dados Pessoais, incluindo, mas não se limitando às seguintes atividades: coleta, armazenamento, consulta, uso, compartilhamento, transmissão, classificação, reprodução, exclusão e avaliação.

2.1.4 **Titular:** é a pessoa física a quem os Dados Pessoais se referem, como por exemplo, investidor.

2.1.5 **Coleta ativa:** dados coletados diretamente pela **Casa de Pedra**.

2.1.6 **Coleta Passiva:** acesso a dados pessoais que não são ativamente solicitados ou buscados pela **Casa de Pedra**, mas que acabam chegando a seu conhecimento no âmbito das atividades que exerce.

3. Que tipos de Dados Pessoais a Casa de Pedra trata?

3.1. Os tipos de Dados Pessoais e a forma como a **Casa de Pedra** os coleta dependem de como você se relaciona com a Empresa e por quê. Listamos abaixo algumas situações em que nós podemos tratar seus Dados Pessoais no contexto de sua relação com a Empresa:

PRINCIPAIS DADOS PESSOAIS TRATADOS	PRODUTOS	TITULARES DOS DADOS PESSOAIS TRATADOS	TRATAMENTOS REALIZADOS	FINALIDADES DO TRATAMENTO
✓ Nome ✓ Filiação ✓ Data de nascimento ✓ Endereços ✓ Endereço de e-mail	Estruturação de operações de securitização	(a) Títulos corporativos (e.g., CCB, Debêntures, NP, CPR-F, CDCA): (i) sócios pessoas naturais dos emissores dos ativos	Coleta ativa e passiva, armazenamento e compartilhamento com terceiros	- Instrumentalizar e viabilizar a prestação de <u>serviços</u> : alguns serviços prestados pela Casa de Pedra pressupõem a coleta, armazenamento e compartilhamento de Dados Pessoais,



<ul style="list-style-type: none">✓ Número de telefone✓ Nacionalidade✓ Naturalidade✓ Número do RG✓ Data de emissão do RG✓ Local de emissão do RG✓ Número do CPF✓ Número de emissão de passaporte✓ Data de emissão de passaporte✓ Local de emissão de passaporte✓ Dados bancários✓ Informações financeiras (e.g., extratos de contas, declaração de imposto de renda, holerites etc.)		<p>investidos; (ii) Garantidores pessoas naturais (avalistas/fiadores) dos emissores dos ativos investidos</p> <p>(b) Direitos creditórios (e.g., recebíveis oriundos de operações realizadas nos segmentos imobiliário e do agronegócio): (i) sócios pessoas naturais dos cedentes direitos creditórios; (ii) garantidores pessoas naturais (avalistas/fiadores) dos cedentes dos direitos creditórios; (iii) devedores pessoas naturais dos direitos creditórios cedidos</p>		<p>especialmente por conta de sua atuação em mercado regulado. Há tratamento de Dados Pessoais para, por exemplo, realizar a verificação de crédito, validação de identidade, segurança de que o investidor atende a requisitos mínimos para acesso a determinados tipos de investimento, reportes a procedimentos de auditoria e fiscalização, etc.</p> <p>- <u>Proteção da Casa de Pedra</u>: poderá haver Tratamento de Dados Pessoais como forma de Casa de Pedra se resguardar contra atividade maliciosa direcionada à sua atuação, como a simulação, fraude, roubo de identidade, entre outros. A Casa de Pedra também poderá tratar Dados Pessoais necessários para sua defesa judicial ou extrajudicial.</p>
	Distribuição de títulos de securitização (e.g., CRI e CRA)	Investidores titulares dos CRI/CRA	Coleta ativa e passiva e armazenamento	

3.2. O quadro acima representa a síntese de um esforço para identificação mais precisa e transparente possível dos Dados Pessoais tratados pela Casa de Pedra. Os Dados Pessoais mais relevantes e que a Casa de Pedra trata com maior intensidade em suas atividades foram todos considerados. Entretanto,



podem existir outros Dados Pessoais não previstos expressamente nesta Política que estejam ou venham a ser tratados. Em qualquer hipótese, a **Casa de Pedra** não realiza ou realizará Tratamento de Dados Pessoais com outras finalidades que não as identificadas acima.

3.3. O quadro acima também sintetiza os Dados Pessoais usualmente tratados no âmbito da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (“**Política de PLDFT**”) da Casa de Pedra. Entretanto, recomenda-se a leitura do inteiro teor de referida Política de PLDFT para maiores informações sobre as informações processadas com este propósito, que também podem abranger Dados Pessoais não descritos no quadro acima. No âmbito da Política de PLDFT, a Casa de Pedra também pode coletar Dados Pessoais relacionados a Prestadores de Serviço e Colaboradores Relevantes, tal como definido naquele documento.

3.4. A **Casa de Pedra não**:

- Coleta Dados Pessoais de crianças e adolescentes e também não trata Dados Sensíveis;
- Toma decisões de forma automatizada com base em Dados Pessoais;
- Utiliza dados pessoais para a definição de perfis comportamentais (*profiling*);
- Utiliza Dados Pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; e
- Realiza qualquer Tratamento de Dados Pessoais para fins publicitários ou de marketing.

3.5. Nos diversos Tratamentos realizados, as seguintes bases legais serão consideradas para o Tratamento de Dados Pessoais:

- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Necessidade para viabilizar a prestação dos serviços contratados e/ou prestados, direta ou indiretamente, pela Casa de Pedra, ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular;



- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Necessidade de atendimento aos interesses legítimos da Casa de Pedra, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a proteção dos dados pessoais; e
- Proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

3.6. O consentimento não é utilizado pela Casa de Pedra como base legal autônoma para tratamento de dados. No caso de tratamento de dados transacionais que possam ser considerados abrangidos por normas relacionadas a sigilo bancário, como são os casos de dados bancários e informações financeiras descritos na tabela do item 3.1 acima, o consentimento do titular está abrangido pela declaração negocial realizada no momento da formalização do contrato com a Casa de Pedra, não sendo necessária nova previsão expressa para os tratamentos decorrentes dos contratos celebrados. São exemplos de tratamento sem previsão expressa: em relação à atividade de distribuição de operações de securitização, o armazenamento, compartilhamento ou divulgação, nos limites previstos em lei, informações sobre os clientes acessados e investimentos realizados; em relação à atividade de estruturação de operações de securitização, o armazenamento, compartilhamento ou divulgação, nos limites previstos em lei, de informações sobre os clientes tomadores de recursos no âmbito das operações de securitização.

4. Com quem a Casa de Pedra compartilha os Dados Pessoais?

4.1. A **Casa de Pedra** busca manter os Dados Pessoais confidenciais, conforme nossas obrigações legais. Não realiza venda, aluguel, negociação e divulgação a terceiros, exceto nas condições previstas nesta Política ou se exigido por lei ou determinação judicial, conforme disposto em legislação aplicável.

4.2 O compartilhamento de Dados Pessoais poderá ocorrer para o desenvolvimento e/ou em conexão com as finalidades acima descritas ou nas hipóteses legais previstas em legislação aplicável. Nestes casos, é possível o compartilhamento com terceiros, como prestadores de serviços, parceiros, empresas do



mesmo grupo, dentre outros que desenvolverão integral ou parcialmente as obrigações da **Casa de Pedra**, decorrentes e/ou necessárias para o desenvolvimento de tais finalidades.

PRINCIPAIS DADOS PESSOAIS COMPARTILHADOS	PRODUTOS	TITULARES	CATEGORIAS DE TERCEIROS COM QUEM OS DADOS SÃO COMPARTILHADOS
<ul style="list-style-type: none">✓ Nome✓ Filiação✓ Data de nascimento✓ Endereços✓ Endereço de e-mail✓ Número de telefone✓ Nacionalidade✓ Naturalidade✓ Número do RG✓ Data de emissão do RG✓ Local de emissão do RG✓ Número do CPF✓ Número de emissão de passaporte✓ Data de emissão de passaporte✓ Local de emissão de passaporte✓ Dados bancários✓ Informações financeiras (e.g., extratos de contas,	Estruturação de operações de securitização	<p>(a) Títulos corporativos (e.g., CCB, Debêntures, NP, CPR-F, CDCA): (i) sócios pessoas naturais dos emissores dos ativos investidos; (ii) Garantidores pessoas naturais (avalistas/fiadores) dos emissores dos ativos investidos</p> <p>(b) Direitos creditórios (e.g., recebíveis oriundos de operações realizadas nos segmentos imobiliário e do agronegócio): (i) sócios pessoas naturais dos cedentes direitos creditórios; (ii) garantidores pessoas naturais (avalistas/fiadores) dos cedentes dos direitos creditórios; (iii) devedores</p>	<p>1. Participantes do mercado de capitais</p> <p>Distribuidores de recursos Investidores Custodiantes Escrituradores Instituições Financeiras</p> <p>2. Entidades de regulação</p> <p>B3 - Brasil, Bolsa. Balcão</p> <p>3. Autoridades governamentais:</p> <p>CVM – Comissão de Valores Mobiliários COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras</p> <p>4. Prestadores de serviços:</p> <p>Assessores legais, suporte técnico de tecnologia de informação, agentes de cobrança, agentes fiduciários,</p>



declaração de imposto de renda, holerites etc.)		peças naturais dos direitos creditórios cedidos	agências de classificação de riscos e quaisquer outros necessários para viabilizar a prestação de serviços.
Distribuição de títulos de securitização (e.g., CRI e CRA		Investidores titulares dos CRI/CRA	<p>1. Participantes do mercado de capitais</p> <p>Distribuidores de recursos Custodiantes Escrituradores</p> <p>2. Entidades de regulação</p> <p>B3 - Brasil, Bolsa. Balcão</p> <p>3. Autoridades governamentais:</p> <p>CVM – Comissão de Valores Mobiliários COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras</p> <p>4. Empresas do mesmo grupo</p> <p>Empresas do mesmo grupo, desde que para desenvolvimento e/ou conexão com as finalidades acima descritas ou nas hipóteses legais previstas na legislação aplicável.</p> <ul style="list-style-type: none">• Working Capital Ltda. CNPJ: 49.994.641/0001-59 Av. Pedro Grendene, nº 131, Sala 03 – Bairro Volta Grande, Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul – CEP: 95180-052.



			<ul style="list-style-type: none">• Nova Milano Investimentos Ltda. CNPJ: 12.263.316/0001-55 Av. Pedro Grendene, nº 131, Sala 04 – Bairro Volta Grande, Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul – CEP: 95180-052.
--	--	--	--

4.2. O quadro acima representa a síntese de um esforço para identificação mais precisa e transparente possível dos terceiros com quem a **Casa de Pedra** compartilha Dados Pessoais e dos Dados Pessoais compartilhados com estes. Os Dados Pessoais mais relevantes e que a **Casa de Pedra** compartilha com maior intensidade em suas atividades foram todos considerados. Entretanto, podem existir outros compartilhamentos não previstos expressamente nesta Política. Podem ainda existir requerimentos judiciais de informações que, caso válidos e legítimos, deverão ser atendidos.

4.3. A **Casa de Pedra** se compromete a empreender seus melhores esforços, dentro de suas limitações técnicas e operacionais, para garantir que os terceiros com quem compartilha dados observem a legislação pertinente e os princípios informadores da presente Política. Entretanto, é altamente recomendável que os titulares se informem sobre as políticas de privacidade e proteção de dados destes terceiros e estejam confortáveis com seus termos.

4.4. Também dentro de suas limitações técnicas e operacionais, a **Casa de Pedra** se compromete a, sempre que possível e mediante esforço razoável, informar aos terceiros com quem realizou compartilhamento de dados sobre eventual correção ou eliminação de dados pessoais compartilhados, para que estes repitam idêntico procedimento.



5. Retenção e descarte de Dados Pessoais

5.1. Os Dados Pessoais serão tratados até o momento em que o Tratamento deixar de ser pertinente, no âmbito de cada produto, para o atingimento das finalidades descritas nesta Política. Após o término dos produtos ou atingimento das finalidades que justificaram o Tratamento de Dados Pessoais, a **Casa de Pedra** se compromete a eliminar os Dados Pessoais tratados, dentro de seus limites técnicos e operacionais de atuação.

5.2. Contudo, mesmo após o término dos produtos ou atingimento das finalidades que justificaram o Tratamento de Dados Pessoais, os Dados Pessoais poderão ser conservados pela **Casa de Pedra** pelos prazos legais equivalentes ao de eventuais pretensões dos Titulares, com o propósito de que a **Casa de Pedra** possa se defender judicialmente e exercer seus direitos. A **Casa de Pedra** também poderá reter dados ao final do Tratamento original para:

- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória – como no caso dos dados tratados no âmbito de sua Política de PLDFT, que devem ser armazenados pelo período mínimo de 5 (cinco) anos;
- para a transferência a terceiro, de forma legítima e permitida em lei; ou
- para uso exclusivo da **Casa de Pedra**, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

6. Medidas de segurança no tratamento dos dados pessoais

6.1. A responsabilidade da **Casa de Pedra** é cuidar dos Dados Pessoais e utilizá-los somente para as finalidades descritas nessa Política. Para garantir a privacidade e proteção dos Dados Pessoais, a **Casa de Pedra** se compromete a utilizar medidas técnicas e organizacionais aptas a garantir a segurança de todos os Dados Pessoais tratados pela Empresa evitando acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.



6.2. A **Casa de Pedra** busca adotar medidas de segurança compatíveis com o seu porte e com o risco envolvido no Tratamento de Dados Pessoais que realiza. Maiores detalhes sobre as medidas adotadas podem ser verificados na Política de Classificação e Proteção de Dados, também disponíveis nos seguintes links: www.cpsec.com.br. Recomenda-se a leitura de referidas políticas e o contato imediato com a **Casa de Pedra** para o esclarecimento de qualquer dúvida.

6.3. Caso, apesar das medidas adotadas, haja algum incidente de segurança – como acesso não autorizado, destruição, perda, adulteração e vazamento de dados pessoais – a **Casa de Pedra** se compromete a adotar seus melhores esforços, dentro de suas limitações técnicas e operacionais, para mitigar possíveis danos aos Titulares. Com esse propósito, a **Casa de Pedra** se compromete, sempre que possível, a entrar em contato com os Titulares e discutir medidas que estes entendam adequadas.

6.4. Os Titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) serão informados, dentro de prazo razoável, com todos os detalhes exigidos pela LGPD, de incidentes de segurança que possam acarretar risco ou dano relevante.

7. Dever de não fornecer dados de terceiros

7.1. Durante a utilização dos serviços prestados pela **Casa de Pedra**, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, a **Casa de Pedra** orienta os Titulares e espera que estes forneçam somente dados próprios e não os de terceiros, salvo mediante autorização expressa ou procuração.

8. Dados de navegação (cookies) – privacidade online

8.1. A **Casa de Pedra** assume o compromisso de respeitar a privacidade dos usuários de seu website (www.cpsec.com.br) e declara que não coleta Dados Pessoais no curso de sua utilização. Não são utilizados “cookies” (arquivos de texto que permitem a coleta de dados do visitante da página) ou qualquer outra tecnologia com propósito de coletar informações pessoais durante a navegação. Os provedores utilizados pela **Casa de Pedra** possuem capacidade de coletar



dados genéricos e desvinculados de qualquer pessoa natural, que indicam as regiões em que localizados os usuários e as informações acessadas no curso da navegação, com finalidades puramente estatísticas, para melhoria constante do website.

8.2. O website foi criado com o propósito exclusivo de transmitir informações institucionais, que podem ser acessadas sem a necessidade de identificação do usuário. O website pode conter links para websites externos cujas informações publicadas e políticas de privacidade não são de responsabilidade da **Casa de Pedra**.

8.3. O material exibido no website está protegido por leis de propriedade intelectual e/ou privacidade, não podendo ser reproduzido ou de qualquer modo tratado sem autorização.

9. Quais são os direitos como Titular de Dados Pessoais?

9.1. Os Dados Pessoais são seus e a lei brasileira lhe garante uma série de direitos relacionados a eles. Os Titulares dos Dados Pessoais tratados pela **Casa de Pedra** terão resguardados todos os seus direitos, conforme a legislação aplicável, inclusive, mas não se limitando, à:

SEUS DIREITOS	EXPLICAÇÃO
Confirmação e Acesso	Você pode solicitar à Casa de Pedra sobre a existência do Tratamento dos seus Dados Pessoais para que, em caso positivo, você possa acessá-los, inclusive por meio de solicitação de cópia de registros que temos sobre você.
Correção	Você pode solicitar a correção de seus Dados Pessoais caso estes estejam incompletos, inexatos ou desatualizados.
Anonimização, bloqueio ou eliminação	Você pode solicitar (a) a anonimização de seus Dados Pessoais, de forma que eles não possam mais ser relacionados a você, e, portanto, deixem de ser Dados Pessoais; (b) o bloqueio dos seus Dados Pessoais, suspendendo temporariamente a sua possibilidade de os tratarmos para certas finalidades; e (c) a eliminação dos seus Dados Pessoais, caso em que deveremos apagar todos os seus Dados Pessoais sem a possibilidade de reversão.



Portabilidade	Você pode solicitar que a Casa de Pedra forneça os seus Dados Pessoais em formato estruturado e interoperável visando a sua transferência por um terceiro, desde que essa transferência não viole a propriedade intelectual ou segredo de negócio da Casa de Pedra.
Informação sobre o compartilhamento	Você tem o direito de saber quais são as entidades públicas e privadas com as quais a Casa de Pedra realiza o uso compartilhado dos seus Dados Pessoais. Manteremos, no item 4 dessa Política, uma indicação das nossas relações com terceiros que podem envolver o compartilhamento de Dados Pessoais. Em todo o caso, se você tiver dúvidas ou quiser detalhes, você tem o direito de solicitar essas informações. A depender do caso, podem os limitar as informações fornecidas a você caso a sua divulgação possa violar a propriedade intelectual ou segredo de negócios da Casa de Pedra.
Informação sobre a possibilidade de não consentir	Você tem o direito de receber informações claras e completas sobre a possibilidade e as consequências de não fornecer consentimento, quando ele for solicitado pela Casa de Pedra. O seu consentimento, quando necessário, deve ser livre e informado. Portanto, caso pedirmos seu consentimento, você será livre para negá-lo.
Revogação do Consentimento	Caso você tenha consentido, com alguma finalidade de Tratamento dos seus Dados Pessoais, você pode sempre optar por retirar o seu consentimento. No entanto, isso não afetará a legalidade de qualquer Tratamento realizado anteriormente à revogação. Se você retirar o seu consentimento, é possível que fiquemos impossibilitados de lhe prestar certos serviços, mas iremos avisá-lo quando isso ocorrer.
Oposição	A lei autoriza o Tratamento de Dados Pessoais mesmo sem o seu consentimento ou um contrato conosco. Nessas situações, somente trataremos seus Dados Pessoais se tivermos motivos legítimos. Caso você não concorde com alguma finalidade de Tratamento de seus Dados Pessoais, você poderá apresentar oposição, solicitando a sua interrupção.



AVISOS IMPORTANTES

Para sua segurança, sempre que você apresentar uma requisição para exercer seus direitos, a Casa de Pedra poderá solicitar algumas informações e/ou documentos complementares para que possamos comprovar a sua identidade, buscando impedir fraudes. Fazemos isso para garantir a segurança e privacidade de todos.

Em alguns casos, a Casa de Pedra pode ter motivos legítimos para deixar de atender a uma solicitação de exercício de direitos. Essas situações incluem, por exemplo, (i) casos em que normas legais impõe sigilo de informações, como comunicações feita ao COAF no âmbito da Política de PLDFT, (ii) uma revelação de informações específicas poderia violar direitos e propriedade intelectual ou segredos de negócio da Casa de Pedra ou de terceiros, e (iii) casos em que pedidos de exclusão de dados não possam ser atendidos em razão da existência de obrigação da Casa de Pedra de reter dados, seja para cumprir obrigações legais, regulatórias ou para possibilitar a defesa da Casa de Pedra ou de terceiros em disputas de qualquer natureza.

Ainda, algumas solicitações podem não ser respondidas de forma imediata, mas a Casa de Pedra se compromete a responder todas as requisições em um prazo razoável e sempre em conformidade com a legislação aplicável.

9.2. O titular dos dados pessoais poderá exercer os seus direitos por meio de comunicação escrita e enviada à Casa de Pedra, para o endereço de e-mail indicado no item 9.2, a seguir.

10. Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) e contato

10.1. O encarregado de proteção de dados é Mara Cristina Lima que poderá ser contactado pelo e-mail: contato@cpsec.com.br.



10.2. Em caso dúvida, reclamação, questionamento ou sugestão relacionada à presente Política, bem como para o exercício de qualquer direito ou faculdade, os Titulares ou quaisquer interessados são encorajados a entrar em contato pelo e-mail contato@cpsec.com.br. A **Casa de Pedra** se compromete a responder aos titulares ou interessados com a maior brevidade possível.

11. Vigência

11.1. A Política entra em vigor em 01 de fevereiro de 2022 e estará disponível no seguinte link: www.cpsec.com.br. A Política tem duração indefinida e permanecerá em vigor enquanto a **Casa de Pedra** estiver em atividade, sendo esta inteiramente responsável por garantir o cumprimento de todas as obrigações assumidas na presente política.

12. Atualização da Política de Privacidade

12.1. Esta Política poderá ser atualizada em decorrência da revisão dos nossos procedimentos internos, alterações legislativas e regulatórias ou qualquer outro motivo pertinente, sempre com o compromisso de observar estritamente as normas pertinentes e preservar os princípios informadores da presente Política. Por isso, recomendamos a consulta periódica a este documento.

13. Lei aplicável e do foro

13.1. Uma vez que esta Política foi elaborada para observância do MCI e da LGPD, sendo, portanto, regida pela legislação nacional, quaisquer controvérsias relacionadas à presente Política de Privacidade deverão ser solucionadas à luz do Direito brasileiro. Eventuais litígios deverão ser resolvidos no foro de São Paulo, estado de São Paulo.